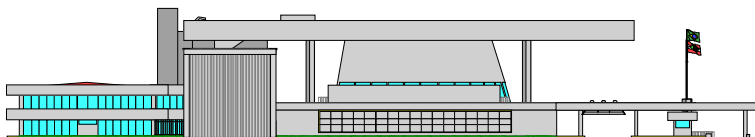


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 26 DE FEVEREIRO DE 2013

NÚMERO 6.516

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO

Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS (Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO

COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL

COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO

COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA

COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA

COMISSÃO DE SAÚDE

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL



<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 006ª Sessão Ordinária realizada em 20/02/2013..... 2</p> <p>Atos da Mesa Ata da Presidência DL 10 Atos da Mesa 10</p> <p>Publicações Diversas Ofício 10 Portarias 10 Projetos de Lei 11</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

P L E N Á R I O

ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopesa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Crítica posicionamento do jornalista Roberto Salum.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se ao Decreto n. 1.357/2013.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Manifesta-se a respeito do Pacto pela Educação em Santa Catarina.

Partidos Políticos

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Reporta-se ao Decreto n. 1.357/2013

DEPUTADO MANOEL MOTA - Faz uma explanação a respeito de obras no sul do estado catarinense.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Reporta-se ao Decreto n. 1.357/2013.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Reporta-se ao Decreto n. 1.357/2013.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Reporta-se ao Decreto n. 1.357/2013.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Registra visita à Defensoria Pública; Reporta-se ao Decreto n. 1.357/2013.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Reporta-se ao Decreto n. 1.357/2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o segundo orador inscrito, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e demais pessoas que nos acompanham na tarde desta quarta-feira, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero me reportar a um assunto que vem ainda do ano passado.

No ano passado, ainda, durante a greve dos trabalhadores da Saúde, em determinado dia eu disse nesta tribuna que alguns dos chamados formadores de opinião, apresentadores de programa de televisão, editorialistas, colunistas, alguns, deles, emitiram opinião com respeito àquela greve, àquele movimento e àquele momento difícil na sociedade catarinense contra a greve, reproduzindo discurso do palácio do governo ou de setores muito específicos do palácio, inclusive nem era discurso do governo, no seu conjunto, como se fosse uma opinião isenta, imparcial, quando, na verdade, alguns deles, repito, tinham e ainda têm cargos comissionados nas estruturas de Poder. E, inclusive, neste Poder.

Eu nem pensei numa certa pessoa, mas parece-me que ela se sentiu ofendida. Vejamos o que ela falou e começou a falar. A greve terminou no dia 21, a Assembleia Legislativa encerrou seus trabalhos, se não me engano, no dia 19 ou dia 17, e vejam o que aconteceu no dia 21 de dezembro e nos dias seguintes. E vem até hoje essa situação.

Quería que os srs. parlamentares prestassem atenção neste pronunciamento, nessas frases, porque tem a ver com o conjunto da administração deste Poder aqui.

Peço à assessoria que exiba um vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Quería agradecer por essa exposição, essa apresentação que durou dois dias. Mas em outros dias esse cidadão, usando os meios de comunicação, que é uma concessão pública, tem feito ataques absolutamente gratuitos e de forma muito dirigida contra este parlamentar. Ele imagina que quando eu disse que tem formador de opinião em cargo comissionado, estava me referindo a ele, mas nem era ele, não citei nome algum, muito menos o dele. Só que eu acertei, eu mirei, deputado Dirceu Dresch, no gavião que estava no galho do angico e pegou meio enviesado, ricocheteou e pegou, parece, um passarinho menor no pasto, perto do banhado. E aí esse ataque gratuito para cima deste deputado. E esta semana ou na semana passada esse jornalista andou falando do auxílio-moradia deste deputado, como se não tivesse 40 deputados nesta Casa e 60 desembargadores ali. E por aí afora vai.

Quero dizer para todo mundo, em primeiro lugar, o seguinte: a minha companheira, a minha esposa Edileusa Garcia Fortuna, diretora do SindSaúde, dirigente sindical, responde por ela, aliás, responde muito bem, é autônoma, independente, uma mulher que merece o aplauso de muita gente e não a crítica gratuita e barata de um qualquer.

A Aprasc não é cabide de emprego. Ela tem 12 mil filiados e dois funcionários. Dois funcionários para 12 mil filiados. O nosso gabinete tem exatamente a mesma estrutura que os outros 39 gabinetes. E Roberto Salum sabe disso. Dos 180 mil que ele falou, dos outros não sei nem me interessa saber! Do nosso sobra dinheiro. E no ano passado, inclusive, sobrou e ficou, evidentemente, nos cofres da Assembleia Legislativa.

Um cidadão comissionado nesta Casa Legislativa, na Mesa Diretora, que até dezembro do ano passado, durante vários anos, estava numa certa diretoria administrativa, e está agora no comissionado desde 1º de fevereiro, no colegiado de bancadas, usar de um meio de comunicação que é uma concessão pública? Ele está aqui comissionado para não dar ponto na Polícia Civil, onde é servidor.

Então, os funcionários de cada um dos nossos gabinetes podem e devem sair catando nos outros gabinetes e levando ao público, através dos meios de comunicação...

Essa é uma questão que precisa ser tomada, porque vir para frente de um canal de televisão, que, repito, é uma concessão pública do sr. Petrelli, com falsos moralismos, é hipocrisia.

O nosso mandato responde por ele. O Sindicato da Saúde responde por si. A Aprasc responde por si e tem dois funcionários. Falou por quê? Porque eu era presidente da Aprasc até novembro. E em dezembro ele ainda não sabia que eu não era mais!

Como policial civil, deveria se preocupar com a representação da sua categoria. Ele disse que a Aprasc não serve para nada. Mas quem tem que dizer se serve

ou não são os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Fui eleito pela minha categoria duas vezes e por um conjunto de outros trabalhadores. Não tenho rabo preso absolutamente com ninguém! Não recebi um tostão de nenhum empresário, muito menos fui acariciado por alguém que apresente programa de televisão há 12 anos em mordomias, diz o cidadão.

Faz seis anos que estava preso por denunciar certas iniquidades na segurança pública de Santa Catarina. E, aliás, esta tribuna tem sido instrumento de denúncias permanentes nesses seis anos que estou aqui.

Então, se o Roberto Salum ou outro jornalista acham que sou o pior deputado, não tem problema. Essa é a opinião pessoal deles! E, aliás, a opinião pessoal deles interessa muito pouco para a minha gente. Há outros motivos pelos quais o Salum critica este parlamentar, mas, infelizmente, não sobra tempo para expor sobre o assunto desta tribuna. Quem sabe, se valer a pena, no futuro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença no plenário desta Casa do nosso vereador Edimiter, do município de Praia Grande, primeiro vereador da história do PCDoB no extremo sul catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, ao tempo em que registro a presença de lideranças nesta Casa, especialmente da área do comércio de Santa Catarina, das câmaras de dirigentes lojistas e de outros segmentos, também gostaria de dizer que volto a tratar desse tema que já tratei duas vezes desta tribuna e que foi objeto também de diversas outras falas nesta Casa, fruto da manifestação que hoje está ocorrendo na Assembleia Legislativa, que diz respeito ao famigerado Decreto n. 1.357, de 28 de janeiro de 2013, que no caso das empresas optantes do Simples Nacional criou um verdadeiro adicional de tributos, um tributo novo, já que essa diferença não existia anteriormente, vindo na contramão daquilo que se está fazendo, que é o esforço de redução de tributos e de tarifas inclusive em nível nacional.

Ontem, deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. na nossa bancada teve a iniciativa de trazer o assunto, ideia totalmente encampada por todos da bancada. Então, nós, os deputados que compõem a bancada do PT desta Casa, demos entrada a um documento prévio, estudo de v.exa., com a proposta de sustação do ato, que é exatamente esse Decreto n. 1.357, pelas inúmeras ilegalidades que ele contém.

Esta Casa, ao analisar esse tema, e o governo ao revogar devem atentar para esses princípios jurídicos, mas nem vou me ater a essa discussão jurídica, porque gostaria de ressaltar muito mais o esforço que está sendo feito em nível nacional para reduzir tarifas e para conter aumentos de tributos.

Há algum tempo atrás foi feito um ato que até hoje é questionável, mas quem o defendeu disse que era para reduzir tributos,

pois tiraram o imposto do cheque e que isso seria revertido à Saúde. Quer dizer, foi toda uma argumentação em cima da intenção de reduzir tributos, havendo até uma ciência nacional, especialmente por parte de quem atua na Saúde, de que é necessário um financiamento específico para essa área. Mas a linha do governo, capitaneada pelos representantes da sociedade civil, dizem que a máquina não comporta mais tributos, não comporta aumento de tributos, novos impostos e muito menos o aumento de alíquotas ou criar um diferencial, como no caso de Santa Catarina.

Ainda ontem ouvi desta tribuna um deputado falando que às vezes o governo baixa um tributo e tira recursos da prefeitura ou do município. Quero dizer que não concordo com essa retirada de tributos do estado ou do município, mas se há um esforço nacional de redução de tarifas, alguém terá que comportar essa redução. Como é que as prefeituras ou o estado querem que haja redução tributária e incentivo ao comércio, à indústria, se não querem abrir mão de nenhuma parte? Essa lógica é conhecida: "tira de algum setor, mas não tira do meu." Essa frase às vezes é ouvida por aí.

Então, estamos passando por um momento em que o esforço nacional deve ser no sentido da redução de tarifas, de tributos, e se não houver a possibilidade de baixar os impostos, dada a grande quantidade de demandas públicas, pelo menos o nosso esforço será no sentido da não criação de outra alíquota.

Reconhecemos as necessidades que existem no sentido de uma maior arrecadação para fortalecer o serviço público, mas esse é um momento de não diferenciação. Esse decreto trouxe uma situação nova, pois foi feito de forma muito rápida, muito ágil. Foi assinado no dia 28 de janeiro para entrar em vigor em fevereiro.

A expectativa que temos é de que o governo não aguarde a votação dessa proposta de sustação desse decreto, porque se trata de um trâmite demorado, e que ele possa, por conta própria, fazer essa sustação, pois há, inclusive, essa reunião para o dia 26 de fevereiro - e não sei por que não foi feita ontem, hoje, aproveitando a presença de todas as entidades presentes na capital -, para que seja feita uma nova análise em busca de outras formas de resolver essa questão.

Fala-se bastante em pacto, e agora se fala do Pacto por Santa Catarina, que está trazendo expectativas positivas. E torcemos para que isso se transforme efetivamente em ações. Mas um pacto pressupõe sempre uma conversação, uma negociação, e acho que aqui também deveriam os setores do governo sentar com as entidades representativas para debater essa questão e achar a melhor solução. Enquanto isso poderia ser feita a suspensão desse decreto, o que seria uma medida eficaz e urgente.

Dessa forma, gostaria de deixar essas impressões aqui na tribuna e mais uma vez cumprimentar todas as pessoas que estão presentes, todas as lideranças. Faço isso em nome dos representantes de Concórdia, Seara, Irani, São Miguel d'Oeste e outros municípios que estão aqui presentes. Sintam-se todos cumprimentados!

(Palmas das galerias)

Quero também, deputado Moacir Sopelsa, registrar a presença nesta Casa de vários vereadores do seu partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Padre Pedro Baldissera, primeiro, quero cumprimentá-lo. V.Exa. preside, hoje, esta sessão. Espero que me ofereça um chá. Eu tive muitas vezes a oportunidade, quando presidi a sessão, de tomar um chá junto com v.Exa e espero que me convide para tomar um chá na sua companhia, na Presidência desta Casa.

Mas quero também aproveitar para, na esteira do deputado Neodi Saretta, cumprimentar todos os senhores e as senhoras que estão aqui por um pleito justo. Espero que possamos encontrar a melhor forma de resolver essa questão.

Quero cumprimentar os vereadores Edilson Massocco e Fábio Luis Ferri e também do presidente da CDL de Concórdia. Sejam todos bem-vindos! Vocês podem ter certeza de que esta é a Casa dos debates e da democracia. Eu tenho certeza de que vamos encontrar um final feliz para que possamos manter esse grande comércio, que são os nossos pequenos e micro empresários.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fica feito o seu registro, deputado Moacir Sopelsa.

Esta Presidência, da mesma forma, realça esse momento importante da presença dos representantes das Câmaras de Dirigentes Lojistas das regiões do nosso estado de Santa Catarina, que se encontram nesta Casa buscando o respaldo e o apoio de todo este Poder para o pleito que se refere ao Decreto n. 1.357, de 2013. Esperamos que todos tenham êxito nessa caminhada e que possam de fato buscar alternativas e soluções para o impasse que está colocado.

Com a palavra o próximo orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Sílvio Dreveck, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, v.Exa., deputado Padre Pedro Baldissera, além de uma pessoa inteligente e competente, também é um defensor da educação. Nesta semana tivemos a oportunidade, mais precisamente na segunda-feira, de participar do lançamento do Pacto pela Educação em Santa Catarina.

Quero aqui, deputado Mauro de Nadal, registrar a minha satisfação de poder ver um pacto que prioriza, acima de tudo, o maior instrumento dentro da educação, que é o pedagógico, deputado Padre Pedro Baldissera. O pedagógico, na educação, é que faz a diferença na qualidade do ensino dentro da sala de aula, com o professor qualificado, tendo a oportunidade de fazer o seu aperfeiçoamento. Por consequência, é isso que faz com que o aprendizado do aluno de fato seja de conhecimento amplo.

Acreditamos que esse pacto pode de fato se concretizar. O importante, além do lançamento, é perseguir essas metas, principalmente no pedagógico, como muito bem colocou o secretário Eduardo Deschamps.

Quero aqui registrar também que fiquei muito satisfeito e feliz por ver o secretário colocar essa proposta para a educação catarinense não a curto e médio prazo, mas, sim, a longo prazo. E com uma visão de conhecimento do que acontece dentro da sala de aula, o que é de fato o instrumento mais forte na educação, que é o pedagógico aliado evidentemente à infraestrutura física. Ou seja, os prédios, as condições das escolas

necessitam urgente de reformas, ampliações, construções, porque nós tivemos e temos que ser realistas, pois a nossa estrutura física, nos últimos dez anos, recebeu poucos investimentos. E ainda quando realizadas, quando se concluiu a última fase da reforma, a primeira já estava necessitando de uma nova reforma.

Então, hoje temos inúmeras escolas interditadas em Joinville, mas isso não é de agora, não. Isso já vem de muito antes, ou seja, já estavam interditadas e voltaram a interditar novamente. E não é diferente em outros municípios. Em Barra Velha, por exemplo, também temos problemas. E assim eu poderia falar aqui de outros municípios. Mas o importante é que foi tomada uma decisão e que temos nada menos do que

São R\$ 500 milhões para os investimentos na infraestrutura, no aperfeiçoamento e na qualificação, em outras palavras, dando ênfase no pedagógico, que é o mais importante, e, além disso, para a implantação de um novo modelo de gestão, priorizando não a indicação político-partidária, mas sim dando a oportunidade para os pretendentes de direção de gestão, primeiro fazendo a sua qualificação, o seu aperfeiçoamento, ou nada menos do que 200 horas que são disponibilizadas pelo governo.

Então, será apresentado pelos pretendentes o projeto tanto pedagógico como o de gestão da administração escolar junto com a comunidade, fazendo com isso uma gestão voltada para a eficiência, aproveitando mais os recursos, tornando ela mais ágil, porque hoje muitas vezes para se fazer um pequeno reparo a dificuldade, a burocracia, dificultam tanto que o que poderia levar poucos dias acaba levando meses e até anos.

Portanto, quero fazer esse registro acreditando que essa decisão, que não é apenas do governo, mas sim do estado, que será compartilhada com a sociedade catarinense, com a comunidade escolar e com as entidades que participam, seja o sindicato patronal, o laboral, a participação dos deputados, dos prefeitos, dos vereadores e principalmente dos professores, aliados à comunicação de que já chegou aqui na Casa o projeto de lei complementar para iniciar o processo de descompactação do plano de carreira e salários dos professores, porque com a elevação do piso a distância entre o maior salário dos professores com mais tempo de serviço ficou muito próxima. Esse é o grande pedido da maioria dos professores.

Aqui quero registrar que já na época nós, quando veio o primeiro projeto de lei aqui na Casa, com a participação de todos os colegas deputados, aperfeiçoamos aquele projeto, melhorando inclusive o próprio aumento do salário dos professores, o que resultou num ganho. Não foi quanto os professores merecem, é verdade, mas comparado com o que estava, como está hoje e o que ainda poderá ser construído neste novo projeto de lei certamente Santa Catarina deu um grande avanço, tanto na remuneração, no reconhecimento que, repito, ainda longe do que merece um professor, mas é o que o limite está permitindo neste momento.

Então, não poderia deixar de registrar e reconhecer este pacto pela educação, os investimentos que vão acontecer, não só os investimentos isolados, mas os investimentos que priorizam uma educação de qualidade, fortalecendo e dando prioridade ao pedagógico, à infraestrutura, porque sem a infraestrutura também não tem como fazer o pedagógico, não tem como oferecer um ambiente saudável aos professores, aos alunos, aos servidores, enfim,

a todos aqueles que compõem uma comunidade escolar.

A participação dos pais é importante para dar avanço à qualidade da educação. Além disso, esse pacto é de longo prazo e deve ser perseguido por este governo, por aquele que virá a ser, o próximo, e assim por diante.

Quanto à educação, não vamos conseguir fazê-la do dia para a noite. Educação não se faz a curto prazo, nem a médio prazo. Educação de qualidade se faz a longo prazo, como já aconteceram bons exemplos em outros países. Temos o exemplo da Coreia do Sul, da Espanha, da Irlanda e assim por diante. Por que o Brasil não pode conseguir? Pode, sim. E começar por Santa Catarina é um bom exemplo para o Brasil e um bom exemplo, acima de tudo, para a evolução na qualidade da educação.

Parabéns ao governador João Raimundo Colombo e cumprimentos também ao secretário da Educação, Eduardo Deschamps.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Sílvio Dreveck.

Não havendo mais oradores em Breves Comunicações, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidentes, srs. deputados, plateia que acompanha a sessão nesta tarde, especialmente os nossos amigos da Federação do Comércio Lojista do Estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, dividirei o meu tempo com o deputado Maurício Eskudlark e gostaria, inicialmente, de fazer a minha manifestação sobre a temática maior desta sessão, mesmo porque após esta sessão já estamos convocados pelo deputado Darci de Matos, ele que preside a Frente Parlamentar do Comércio Lojista do Estado de Santa Catarina, para participar desse debate.

Li, com muita atenção, o ofício que foi endereçado aos srs. deputados, encaminhado pelo colega presidente da federação Sérgio Alexandre, que conhecemos há muitos anos.

É interessante que a sociedade catarinense que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc, entenda esse debate que nos últimos dias tem vindo a esta Casa, a partir de um decreto do sr. governador.

A Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina tem demonstrado a sua preocupação quanto à legitimidade em relação ao Decreto 1.357/2013, mas quero apenas ressaltar aqui dois questionamentos: o primeiro é que a própria Federação faz em relação às empresas catarinenses não optantes pelo regime do Simples Nacional que vão recolher a alíquota do ICMS no ato simples da conta.

Reconhecemos aqui o que a própria Federação coloca que as empresas já recolhem essa diferença, porém isso ocorre no ato da venda do produto ao consumidor, ao contrário

do exigido do atual decreto que obriga o recolhimento do imposto sobre mercadorias que, como a própria Federação coloca, nem se sabe se será vendida.

A outra questão, no caso das empresas optantes pelo Simples Nacional a penalidade que o decreto traz é, segundo a Federação, muito maior, porque cria mais imposto, pois essas empresas estão enquadradas em regime tributário que permite o recolhimento de todos os seus impostos em guia única. Portanto, essa diferença agora exigida não existia. Daí a nossa preocupação.

Temos procurado conversar com o secretário da Fazenda dr. Antônio Marcos Gavazzoni. Há disposição, sim, de ele avançar nessa questão do diálogo, inclusive em relação também a indústrias catarinenses, principalmente as pequenas que poderão ser prejudicadas com essa diferença do ICMS. E as empresas comerciais catarinenses que não deixem de comprar das indústrias catarinenses apenas pelo preço, mas também porque não encontram fornecedores ou a quantidade necessária para suas demandas em diversos setores.

Por tudo isso, queremos nos solidarizar com a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina e buscar, sim, um diálogo que seja de resultado eficaz e eficiente para a economia catarinense.

Registramos aqui, portanto, a nossa preocupação com a temática em debate nesta Casa e que logo mais teremos uma audiência específica para a discussão desse assunto.

Antes de passar a palavra ao deputado Maurício Eskudlark, sr. presidente, gostaria de aplaudir aqui, pois temos sido extremamente críticos em relação à segurança pública catarinense, deputado Maurício Eskudlark, por tudo que tem acontecido, por mais de uma centena de atentados que acompanhamos nos últimos dias em Santa Catarina... Mas hoje vejo com satisfação manchetes como esta: "Reforço no combate ao tráfico". E dizíamos, como presidente da Frente Parlamentar de Combate à Prevenção às Drogas nesta Casa, que estávamos enxugando gelo, porque, enquanto não olharmos de forma pontual e focada a questão do narcotráfico, não poderemos dar solução em relação à segurança no estado de Santa Catarina.

Temos aqui, de forma insistente, apresentado alguns números que preocupam todos nós no estado de Santa Catarina. E própria Frente Parlamentar levantou um relatório no ano passado. São mais de 700 mil dependentes de álcool. Ontem, ainda, em nível nacional, chegamos ao conhecimento de que em cada cinco acidentes no país um pelo menos envolve álcool; que de cada 100 acidentes nas estradas brasileiras 55 estão, de uma forma ou de outra, nesta combinação trágica: álcool e volante; e que 25% do gasto do SUS hoje no Brasil diz respeito a acidentes de trânsito e, como disse, o maior deles está ligado à questão do álcool/volante.

Essa reportagem que acompanhamos com muita atenção no dia de ontem vem exatamente nesse sentido para evitar que a droga chegue aos pontos de venda. Foi montado um esquema de fiscalização nas rotas usadas pelas quadrilhas, principalmente na BR-101 que terá barreiras fixas. E quero tão somente reprimir aqui três dessas rotas.

Primeiro, a cocaína e o crack são produzidos nas regiões andinas do Peru, Bolívia e Colômbia. E a droga que entra no Brasil pelo Paraguai, país que planta a maconha consumida em Santa Catarina, depois de percorrer os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, chega ao estado de Santa Catarina.

Então, não é por acaso que estamos com essa estimativa de 50 mil usuários de crack neste estado. Sabemos bem, deputado Maurício Eskudlark, que de cada dez crimes oito envolvem a questão do narcotráfico. Por tudo isso, precisamos enfatizar ainda mais a necessidade de que a Polícia Civil e a Polícia Militar estejam integradas na questão das fronteiras, a fim de que possamos fazer de fato um combate eficaz e, sobretudo, a prevenção às drogas no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não, deputado, v.exa. que entende muito da matéria!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Obrigado também pela generosidade.

Gostaria de concordar com o pronunciamento de v.exa. Acredito que agora estão acertando o enfoque das operações. Na comissão de Segurança, presidida pelo deputado Gilmar Knaesel, fizemos audiências públicas para discutir o que poderíamos chamar de um espaço vazio, um vácuo ou um buraco negro dentro do território catarinense, que é a região de Água Doce, onde as drogas e as armas contrabandeadas para o Brasil, que chegam ao litoral catarinense ou nas maiores cidades do estado, passam por ali como entreposto. São 100 quilômetros da BR-153 que não têm sinal de celular. Há um território imenso em Água Doce, um município com uma população reduzida e um espaço inclusive para a marginalidade alugar ou mesmo comprar fazendas e estabelecimentos e fazer de espaço de distribuição para o litoral catarinense, para o Paraná e para o Rio Grande do Sul.

Então, precisamos reforçar essas operações em fronteiras e rodovias, para garantir a diminuição do acesso, da chegada de drogas e armas contrabandeadas também aqui no litoral catarinense.

Parabéns a v.exa. E pensamos da mesma forma a respeito desse assunto, acerca do tipo de operações que os órgãos de segurança federais e estaduais precisam realizar em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Agradeço, deputado.

O Brasil tem 16 mil quilômetros de fronteiras, e não chegamos a 50 postos da Polícia Federal. E aí entram os armamentos e há toda a tramitação do narcotráfico no país e infelizmente em Santa Catarina.

Eu deixo o restante do tempo do PSD ao companheiro Maurício Eskudlark.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado ao PSD, com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por quatro minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, empresários deste estado que estão aqui presentes, representantes do CDL, da Facisc e das associações comerciais, gostaria de registrar que já recebi no gabinete o Zanardi, presidente do CDL de São Miguel d'Oeste, e o Irton Lamb, da Acismo. Vejo a presença de vários outros empresários de Camboriú, o Pedro Ferreira, o Massarolo, das organizações Marte, de São Miguel d'Oeste, o Schmidt, o Gilson Zimmermann.

Inclusive do gabinete fizemos uma ligação ao secretário Antônio Gavazzoni manifestando a nossa preocupação com o Decreto 1.357. E já debatemos ontem, na reunião da bancada, essa questão. Sabemos da força, do poder dos micro e pequenos empresários para a economia deste estado.

Portanto, a adoção de qualquer medida deveria ser, anteriormente, amplamente discutida com a classe. Até porque temos na nossa legislação a anualidade de qualquer tributo, então qualquer novo imposto ou nova taxação pela legislação tem que estar prevista no ano anterior em que será implantada.

Entendemos, segundo o Antônio Gavazzoni, bem como na conversa com o deputado Darci de Matos, líder da Frente Parlamentar do Comércio, da qual tenho a satisfação de participar e acompanhar as reuniões, que haverá a presença do secretário ou de técnicos para discutir esse assunto.

Nós deputados olhamos com preocupação qualquer tipo de novo compromisso ou ônus para a classe empresarial do nosso estado. Então, quero neste curto espaço de tempo fazer esse registro e solidarizar-me com o deputado Ismael dos Santos, com os micro e pequenos empresários do estado. Saibam que estaremos acompanhando o desenrolar dessa questão, para que possamos resolver isso sem penalizar a classe empresarial, principalmente os pequenos empresários do nosso estado.

Quero também me manifestar sobre a questão da segurança pública. E assim como o deputado Ismael dos Santos, que é presidente do Fórum Parlamentar de Combate às Drogas, com quem tivemos a oportunidade de fazer vários trabalhos neste ano, pois as drogas destroem famílias e a sociedade, queremos debater esse assunto, juntamente com o deputado Sargento Amauri Soares, de quem somos companheiros de luta.

Estaremos juntos na comissão de Segurança Pública por mais um ano.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense, CDLs de várias regiões que estão aqui a trabalho, o nosso cumprimento e reconhecimento pelo papel importante em geração de empregos que essa equipe agrega, pois acho que é a que mais gera emprego em Santa Catarina e por isso merece nosso respeito muito especial.

Eu tenho o sexto mandato neste Parlamento e, hoje, a nossa bancada, ao meio-dia, discuti essa questão e quer ser o grande parceiro para poder encontrar uma saída e solução. Acho que é importante haver uma saída boa para o governo, bem como para o comércio, indústria e sociedade.

Acho que não pode simplesmente uma medida dura, radical, não ser discutida. A nossa bancada, o nosso líder, vai se posicionar nesse encaminhamento em que seremos parceiros, buscando uma solução. Até porque reconhecemos o papel importante que vocês fazem na sociedade, na geração de emprego, de renda e na questão da tributação. Por isso, com certeza este Parlamento terá uma decisão para buscar esse encaminhamento na solução, que é fundamental para todos, porque precisamos sobreviver. E é dentro dessa linha que vamos atuar e trabalhar.

Quero aproveitar para fazer um convite a toda Santa Catarina. A partir de amanhã, dia 21, o sul vai tremer, porque começa o maior evento não só de Santa Catarina ou do Brasil, mas de todo o mundo.

Não tem no mundo, na categoria de transporte, um evento do tamanho do que vamos realizar. Refiro-me à 23ª Arrancada de Caminhões, no município de Arroio do Silva. A adrenalina sobe só em irmos para lá, para acompanharmos a importância e a habilidade de motoristas profissionais que carregam o PIB deste País nos tapetes pretos.

Lá não podem errar. Se errar uma marcha, sr. presidente, está fora. Lá não podem errar. Não tem lugar para errar. Errou, está fora.

Eu, como prefeito que fui, criei esse evento, e foi uma exigência dos caminhoneiros que eu participasse, porque também era o meu ramo. E tenho vários títulos. Fui campeão, fui vice-campeão, fui terceiro colocado, fui campeão várias vezes. Aí mostrei ainda que na areia sei arrancar um caminhão com rapidez, porque lá não adianta arrancar forte, patina e não sai. A fórmula truck, que disputa os campeonatos brasileiros, que são aqueles carros que vocês acompanham pela TV Bandeirantes, ao vivo, foi três vezes a Araranguá, mas não consegui ganhar dos motoristas profissionais. Não ganharam. Não conseguiram, não se classificaram, porque é muita rotação, e na areia patina. Em vez de arrancar, fica patinando, porque eles não têm experiência. Até eles fazer com que grude na areia para andar, outro já está longe, e não alcança mais.

Conseguimos levá-los para fazerem a apresentação, mas eles não foram premiados. Mais de 140 caminhoneiros vão disputar.

Já transmitimos o evento para uma parte Santa Catarina, já mandamos para São Paulo, até para Washington, onde também tem uma arrancada de caminhão na areia. Já transmitimos de Araranguá, quando fui prefeito naquela cidade. Hoje ela continua cada vez maior. Acredito que vamos ter 150 mil pessoas.

Fazem idéia da dimensão da festa? Com certeza não tivemos nenhum problema nesses 23 anos e não vamos ter nenhum. É tudo com cuidado. A Polícia Rodoviária trabalha com bafômetro. Quem não passar não vai correr. Quer dizer, é tudo com muito cuidado, com comportamento de linha ética, profissional, para que tenhamos nesta festa o verdadeiro conhecimento. E nós fizemos isso.

Por isso, convido para a 23ª Terceira Arrancada de Caminhões, no Balneário Arroio do Silva, do dia 21 a 24 de fevereiro, com encerramento no domingo. Domingo é o maior dia de todos, porque domingo é para tremer o chão mesmo.

Então, a solenidade de abertura será no dia 22 de fevereiro, às 20h, após a escolha da rainha dos caminhoneiros. E lá a beleza feminina está presente, porque as rainhas dos caminhoneiros sempre foram escolhidas entre mulheres muito bonitas, que representam toda a categoria.

Vai gente de toda a região, e as empresas de transportes já levam as meninas que vão disputar. É um grupo muito grande na disputa de rainha dos caminhoneiros. Com certeza será uma apresentação muito linda naquela região.

Então, quero fazer o convite aos meus pares deputados, às minhas deputadas, ao presidente desta Casa, aos membros da Mesa Diretora, aos membros do CDLs de toda Santa Catarina, porque será uma honra vê-los presentes nesse evento. Inclusive, o presidente da Federação me ligou ontem, dizendo: "Deputado Manoel Mota, v.exa. que foi sempre aguerrido e defensor, então, esteja lá presente." E com certeza estarei.

Eu queria falar sobre o sul de Santa Catarina. Temos nas galerias da Casa pessoas

de Tubarão, da região sul que nos últimos tempos perdeu muito. Muitas empresas se afastaram, a Souza Cruz, o Lavador de Carvão, de Capivari de Baixo, e tantas outras que perdemos, enfim, passamos por situação difícil.

Hoje, as duas regiões que consideramos as mais pobres de Santa Catarina são a região serrana e o sul do estado. Mas houve também muito trabalho, muita garra dos parlamentares nos últimos tempos. E temos hoje a BR-101, e eu respondo a quatro processos na Polícia Federal, devido aos fechamentos dessa BR que hoje está quase concluída. Temos o Porto de Imbituba, que é uma referência, um porto que tem segurança, porque não tem rio, e o calado é no mar. E vamos ter o Aeroporto de Jaguaruna, mas o Tribunal de Contas precisa ainda resolver uma pendência para daí, sim, ser implantado, mas com certeza vamos ter esse aeroporto aberto. Então, existe o tripé do desenvolvimento nessa região.

Trabalhamos para que algumas empresas fossem para a região sul. Por exemplo, com relação a duas montadoras, o governador Raimundo Colombo e sua equipe trabalharam para instalá-las em Imbituba. Não é bem no sul, mas é importante que seja nessa área, até para haver um equilíbrio, pois o norte do estado é uma região muito forte, e a região sul e a região serrana precisam de desenvolvimento. Então, a perspectiva é muito grande.

O governo federal abriu a licitação da BR-285, na Serra da Rocinha, para ligar Araranguá a Turvo, a Timbé, a São José dos Ausentes, a Bom Jesus, a Vacaria, a Lagoa Vermelha, a Passo Fundo, a Erechim, a Carazinho, a São Borja, à Argentina. E faltam também 20 quilômetros para termos a ligação Argentina, Uruguai, Paraguai, saindo tudo por Santa Catarina, pelo norte do nosso estado. É uma obra fundamental, já foi licitada, e vamos ter o seu início muito em breve, porque é ano de Copa do Mundo, e até o ano 2014 temos que ter respostas.

Na Serra do Faxinal existem os cânions, o Itaimbezinho, a maior beleza natural que temos. Para mim, é a maior beleza do mundo também pelo seu potencial. E são 15 quilômetros, oito quilômetros já concluídos, mas ainda faltam sete. Inclusive, é nessa região que temos a questão da perereca que todos conhecem, ou seja, uma promotora entrou com uma ação, e a obra parou, mas hoje já superamos, pois descobrimos que lá existem muitas pererecas e não apenas um casal. Sendo assim, essa obra será concluída.

Para a obra na Serra do Corvo Branco o governador já providenciou licitação em torno de mais de R\$ 70 milhões. Então, vamos realmente nos transformar num potencial.

Tenho atualmente tomado café, almoçado e jantado numa estrada chamada Interpraias, que foi a que mais cresceu no Rio Grande do Sul, idealizada pelo senador Pedro Simon. Atualmente temos muitos condomínios nessa área, onde um terreno custa em torno de R\$ 200 mil, enquanto na nossa região de Santa Catarina, com todo o potencial que possui, um terreno custa em torno de R\$ 25 mil, R\$ 30 mil.

Portanto, a Interpraias vai trazer investimentos de toda ordem para a nossa região sul do estado de Santa Catarina e transformar a cidade de Laguna, uma cidade que já é histórica, numa verdadeira cidade histórica.

Então, estamos vivendo um momento importante para podermos superar, fazer a nossa economia crescer, fazer a nossa região ser uma das grandes geradoras de emprego, de renda, de qualidade de vida do povo, pois é essa a nossa luta neste Parlamento.

Eu, que fui sete vezes líder de bancada, que estou no sexto mandato, trabalho nessa direção. Todas essas obras que coloquei são obras que trabalho há 30 anos. Graças a Deus, o povo me deu condições para que pudesse trabalhar nesse sentido, por isso eles sempre me elegeram. Mas até que estamos colhendo todos os frutos para o sul do estado. E não sou eu, porque tenho a obrigação de trabalhar, pois quando um povo elege um político é para buscar resultado, não é para outra coisa. Quando o político não leva resultado é mais um que passou despercebido, que foi embora, como tantos outros que passam por aí.

Por isso lutamos permanentemente com garra, com determinação e lealdade ao povo e à região sul do estado, mas temos compromisso com toda Santa Catarina. Por exemplo, nessa questão temos um compromisso com Santa Catarina e a bancada do PMDB estará atenta, junta para construir uma grande saída e uma grande solução, para que vocês possam voltar tranquilos sabendo que aqui há parceria para poder encontrar a saída e a solução.

Quero cumprimentar e dar boas-vindas a todos, colocar meu gabinete à disposição e dizer que nos orgulhamos do que o CDL representa para Santa Catarina, para todos nós e para este Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Peço, por gentileza, ao deputado Kennedy Nunes que assuma a condução desses trabalhos como presidente, para que possa fazer uso da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Antes de conceder a palavra ao deputado Padre Baldissera, que falará em nome do Partido dos Trabalhadores, quero fazer, com muita alegria, o registro da presença nesta Casa da comitiva da associação de Joinville e região da pequena, micro e média empresa, a Ajorpeme, que está também aqui nessa grande caravana. Aliás, a Ajorpeme é a maior associação de empresários da micro e pequena empresa do Brasil. Sejam bem-vindos, como todos os outros aqui presentes.

Quero lembrar também que a reunião que vai acontecer sobre a discussão será no auditório ao lado, onde terá muito mais comodidade para todos que estão aqui participando.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, quero estender a minha saudação a toda a organização da Federação da Câmara de Dirigentes Lojistas do Estado de Santa Catarina, que está aqui nesta tarde, juntamente com pessoas ligadas à indústria e ao comércio.

Gostaria, de uma forma objetiva e prática, fazer uma rápida reflexão em torno do Decreto n. 1.357, que foi encaminhado e publicado pelo governo do estado no início do mês de março.

Primeiramente, quero fazer umas ponderações que julgo importantes e que temos que ter presentes. O governo adota uma medida que se traduz essencialmente protecionista e preocupado com a questão da indústria catarinense assume uma postura de uma forma até exagerada no que diz respeito à proteção da indústria catariense.

Então, é importante que se faça este registro, porque o decreto caminha nessa

direção e estabelece exatamente essa condição.

Por minha iniciativa a bancada do Partido dos Trabalhadores, diante de uma série de pontos, de aspectos que contradizem a Constituição, a Lei Maior, entrou com uma proposta de sustação de ato, ou seja, uma proposta para tornar inválido o decreto publicado pelo governo do estado.

Neste sentido, quero pontuar alguns aspectos, com muita transparência e tranquilidade para dar conhecimento a todos que nos acompanham. O primeiro aspecto que nos está levando a dar entrada a essa proposta de sustação de ato é que o decreto viola o princípio da anterioridade. Isto é, o decreto foi publicado no dia 29 de janeiro de 2013 e passa a vigorar a partir do começo de março de 2013. Tudo o que trata das questões referentes a tributos, impostos, a lei diz que deve ser votado no ano anterior para entrar em vigor no ano seguinte. Portanto, o decreto é uma violação contra o princípio da anterioridade.

O segundo aspecto que julgamos importante, também estabelece uma violação ao princípio da não cumulatividade ou bitributação. Isso quer dizer que quem fez a opção pelo Simples tem uma regra, uma normatização a ser seguida. E com a vinda do decreto se enquadra em outro ordenamento jurídico, portanto, há a necessidade de recolher a diferença que os outros estados cobram.

O terceiro aspecto é a questão da destinação das mercadorias. Primeiramente, começa-se a cobrar na origem, no momento em que você compra a mercadoria. Entendemos que esta também é uma violação à questão daqueles que optaram pelo Simples, porque só se faria menção àquilo que era destinado à comercialização e não à matéria prima para industrialização.

O último aspecto que julgamos extremamente importante é de que há uma violação ao princípio da legalidade. Portanto, esta é uma matéria que não pode ser tratada através de decreto, resolução ou portaria. Deve haver o encaminhamento de uma lei complementar, não da maneira que o governo tem se utilizado. Aqui o decreto, mais uma vez, estabelece uma violação ao princípio da legalidade.

Dentro desses quatro aspectos, encaminhamos a proposta de sustação de ato, até para que possamos ter uma condição melhor para debater e discutir esta matéria aqui nesta Casa Legislativa.

Quero também aproveitar para fazer outras reflexões que estão ligadas a este tema, deputado Neodi Saretta, v.exa. já fez menção a isso no início da tarde de hoje. Temos atualmente em torno de 130 mil empreendimentos de micro e pequenos empresários, que empregam mais de 60% da população catarinense. Isso não é pouca coisa! São dados extraordinários que nos remetem a uma reflexão profunda neste momento em que tentamos taxar, cada vez mais, essas pequenas iniciativas.

Em nível nacional, existe toda uma política, várias ações para desonerar a carga tributária e, dessa forma, blindar a economia, mas estamos vendo no estado de Santa Catarina, neste momento, através deste decreto, acontecer o contrário, um aumento, de uma forma ou de outra, da carga tributária, penalizando a micro e pequena empresa, mas acima de tudo, e aqui temos que fazer o registro ao nosso povo consumidor, que na verdade, no fundo, é quem lá na ponta estará pagando a conta, trará consequências fortes para o pequeno e micro empresário, porque

certamente, pesando aos ombros dos nossos consumidores, teremos reflexos no comércio, causando desemprego, o fechamento de alguns estabelecimentos, a diminuição do movimento econômico do nosso estado e trazendo prejuízos à população.

Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores encaminhou a esta Casa a proposta de sustação desse ato, para que tenhamos mais tempo para debater e discutir antes de implementar alguma ação nessa direção. Agora, não dá para penalizar ou se contrapor a toda uma política nacional, que é a do Simples.

Então, fazemos esse registro com os pés no chão, conversando, dialogando, mostrando a importância dessa mobilização que a categoria dos Pequenos e Micro Empresários estão fazendo, que demonstra não apenas a indignação, mas a não compreensão deste momento, que não é agradável nem para os empresários nem para a sociedade catarinense como um todo.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, também quero registrar a presença dos representantes, e sei que os presidentes que me antecederam já o fizeram, da minha cidade, Tubarão, de toda região da Amurel e do sul de Santa Catarina. Também quero saudar a todos lojistas que aqui estão e lembrar que em seguida traremos este importante tema que interessa a todos, participando de uma reunião, a partir da Ordem do Dia, no auditório Antonieta de Barros.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, Joares Ponticelli, srs. deputados e sras. deputadas, quero, em nome dos empresários da micro e pequena empresa, saudar todos que nos visitam na tarde de hoje, em especial os representantes das entidades da Amrec, Amurel e da Amesc, as demais entidades empresariais como a FCDL, Facisc, Fampesc e Fecomércio.

Sinto na carne e na pele o que todo o empresário catarinense passa. Apesar de ser um pequeno empresário de uma empresa familiar, sei o quanto é difícil matar dois leões todo o dia para manter acesa a chama do próprio negócio.

Primeiramente, quero parabenizá-los pela destreza, discernimento, coragem e ousadia de no dia a dia empreender. Aliás, essa é uma característica do empreendedor catarinense, independente do seu padrão.

Deputado Dóia Guglielmi, eu diria que nos colocam até numa saia justa, porque é claro que um decreto é uma prerrogativa do governo, da secretaria de estado da Fazenda. Mas é evidente que aqui é o caldeirão onde se discutem os assuntos dos mais variados temas da sociedade. E quando se oportuniza o debate, a discussão e o contraponto, flexibiliza-se a situação e promove-se uma ponderação a tal ponto de buscar um encaminhamento que seja factível de ambas as partes, do pagador e do arrecadador.

É evidente que em todo estado, quando se fala em renúncia, dá urticária. Mas é preciso entender e ter a sensibilidade de compreender as dificuldades que os empreendedores catarinenses passam para manter o seu negócio ativo.

Eu fico, deputado Mauro de Nadal, questionando qual o papel do Confaz - Conselho Nacional de Política Fazendária - nessa situação? É evidente que foi criado, através da resolução do Senado, promovendo uma equiparação das alíquotas. Mas o papel do Confaz não é promover uma concorrência leal no sistema tributário, na competitividade das indústrias brasileiras? Ou promove-se uma ação que proporcione a condição de igualdade, de poder competir, utilizando, evidentemente, a criatividade e o grau de competência de cada empreendedor, ou acaba-se criando um tumulto sem precedente, provocando uma convulsão e, como consequência, a desordem e a falência de muitos setores.

Deputado Darci de Matos, v.exa. encaminhou esse processo para que abrissemos esse debate na tarde de hoje, juntamente com todas as entidades empresariais. Mas penso que esse assunto deveria ser mais bem discorrido com os próprios técnicos da Fazenda, com o segmento anterior à decretação desse decreto. E a situação está criada. Ficou somente o estado do Paraná sem cobrar essa diferença. Talvez até por consequência de toda essa situação, vai acabar também aderindo a esse processo, mas dentro de uma maneira factível, discutível, em que se possa respeitar o contraponto na argumentação.

Eu vejo com muita expectativa esse debate. Estamos aqui até mais como meros expectadores, até para ver realmente a real necessidade para, a partir daí, tomarmos o nosso posicionamento frente ao governo do estado, evidentemente preservando... Eu irei fazer, sem sombra de dúvida, em todos os momentos, a defesa do nosso empresário da micro e pequena empresa.

Um estado que se caracteriza com 1% do território nacional e que tem mais de 5,6% das exportações deste país, mais de 4,5% do Produto Interno Bruto, precisa ser tratado com excelência, com respeito e, acima de tudo, com muito diálogo.

Por essa razão é que faço uso desta tribuna, na condição até de líder do meu partido, apesar de estar aqui com opinião pessoal, mas acredito não ser diferente dos meus pares de bancada, buscando um entendimento. E falava que talvez retroceder em uma medida, numa posição tomada, não seja demérito para ninguém, ou talvez até permitir a suspensão desse decreto, pelo menos temporariamente, até que se busque um encaminhamento necessário, para que possamos continuar progredindo e cada vez mais incentivando a indústria catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PCDoB.

Com a palavra, por cinco minutos, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, boa tarde a todos e a todas que estão presentes aqui na tarde de hoje, debatendo esse tema tão importante no país que vive, na última década, um momento de grande crescimento e desenvolvimento econômico. Não só o setor produtivo cresceu, como o produtor brasileiro conquistou melhores condições de vida.

Parte disso é a atenção que se deu à formalização da nossa economia; parte disso foi o atendimento em especial do micro e pequeno empresário ao chamamento que em particular o governo federal tem feito para trazer o setor produtivo que responde por

grande parte da economia nacional para a formalidade. Quando se conquistou o Simples era uma ferramenta exatamente para isso; o Simples era uma ferramenta para ajudar o Brasil para a formalidade e nela distribuímos rendas, fazer crescer o país.

O decreto que estamos discutindo na tarde de hoje fere de morte o Simples. Portanto, essa deve ser a nossa maior bandeira, porque ferindo de morte o Simples, fere de morte a legalidade.

O deputado Padre Pedro Baldissera já disse aqui sobre os aspectos da legalidade. Mas estou convencida de que essa legalidade foi ultrajada com o decreto.

Quero lembrar aos senhores que recentemente o estado viveu um momento de revisão, pelo Senado, de uma disposição feita aqui no estado acerca de produtos importados via portos de Santa Catarina. Pois bem, sabia-se que era uma ilegalidade, mas se manteve a ilegalidade, porque durante o período da vigência dessa ilegalidade o estado de Santa Catarina recolheu impostos e com isso pôde engordar o seu cofre.

A minha grande preocupação hoje não é no campo da ilegalidade. Estou convencida de que a razão está com os que debatem que esse decreto é ilegal, até por uma série de condições, muito particularmente pela afronta ao Simples. Mas a maior discussão que precisamos fazer é sobre o aspecto político, porque a discussão no aspecto da ilegalidade vai levar sabe Deus quanto tempo nos caminhos do Judiciário. Precisamos de uma posição política agora do governo do estado.

Quero crer que no afã de aperfeiçoar a arrecadação do estado em algum momento se entendeu que essa podia ser uma ferramenta. Mas é uma ferramenta que embora produza efeitos imediatos para o governo, num prazo médio também derrota o governo do estado, porque obviamente os micro e pequenos empresários terão que cobrar mais pelo seu produto, onerando o consumidor que vai comprar menos. Obviamente que na decorrência disso teremos demissões e quebra na produção do estado.

Portanto, para nós importa agora que fiquemos bastante conectados na disposição de vocês, na compreensão que é equivocado o decreto. A nossa tarefa agora é achar o caminho para sensibilizar essa área técnica do governo do estado, que viu na alteração que o decreto propõe uma forma excepcional de arrecadação.

O que precisamos debater hoje é que parte do desenvolvimento econômico de Santa Catarina se deve à formalização de pequena e micro empresa, e isso devemos preservar.

Ainda ontem tive contato com um setor específico de óticas. É impressionante o que vai acontecer no estado de Santa Catarina, se nós mantivermos o decreto vigente. Ele já é vigente.

Portanto, parece-me que a tarefa mais importante dessa Assembleia, hoje, na reunião que faremos logo mais, às 17h, mais a disposição nossa aqui hoje, sr. presidente, seja talvez um documento subscrito por todos os líderes e encaminhado ao governador, pedindo a imediata suspensão do decreto. E vamos discutir formas para poder compensar o governo em torno dessa perda que supostamente teria.

Precisamos defender o setor produtivo. O Brasil, aliás, vai se deparar agora, com muito mais clareza, nesses gargalos do nosso parque industrial, nesses gargalos que têm a ver com infraestrutura, com a dificuldade que ainda temos de, desonerando a produção, poder impulsar o país.

Menos impostos, para mais pessoas pagando, é bom para o país inteiro. A formalização que o Simples permitiu é parte desse momento que o Brasil vive e é parte desse momento que queremos intensificar no país.

Por fim, quero saudar o deputado Darci de Matos que como presidente e líder da Frente Parlamentar do Comércio Varejista, mesmo acumulando as funções de líder do governo, não se esquivou de levar esse debate adiante, portanto, demonstrando que de fato tem compromisso com o setor não apenas como líder do governo.

Sempre tivemos a convicção de que os governos discutem com o setor produtivo a mudança de impostos, e essa ruptura tem um significado muito importante que o governo precisa rever.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as indicações n.s 0026 e 0027/2013, do deputado Jailson Lima, 0028/2013, do deputado Ismael dos Santos, 0029/2013, do deputado Antônio Aguiar, 0030/2013, do deputado Kennedy Nunes, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também defere os Requerimentos n.s: 0049/2013, do deputado Marcos Vieira, 0050/2013, 0051/2013, 0052/2013, do deputado Nilson Gonçalves, 0053/2013, do deputado Padre Pedro Baldissera, 0054/2013, do deputado Mauro de Nadal, 0055/2013, 0056/2013, 0057/2013, do deputado Jailson Lima, e 0058/2013, do deputado Dirceu Dresch.

Discussão e votação da Moção n. 0002/2013, de autoria da Liderança do PP, que solicita ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional urgência nas articulações com o ministério da Agricultura, para que seja sustada imediatamente a importação de leite e derivados de outros países.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0003/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que solicita ao secretário da Educação informações sobre a confirmação pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina do direito dos professores que atuam nas Apaes de receber a gratificação de produtividade e quais as providências adotadas por essa secretaria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O deputado Dirceu Dresch havia feito um requerimento para que a sessão suspensa fosse por dez minutos para uma atividade

extrassessão, mas como os interessados não compareceram ele retirou o requerimento. Portanto, s.exa. será o primeiro a fazer uso da palavra em Explicação Pessoal.

O deputado Valmir Comin e o deputado José Milton Scheffer são os inscritos. Então, vamos continuar esta sessão com essas inscrições.

Deputado Darci de Matos, como já estamos próximos do horário previsto para a atividade que envolve todos os empresários interessados que aqui estão, e essa atividade está marcada para o nosso auditório Antonieta de Barros, que liberamos para o evento inclusive *ad referendum* da Mesa, porque não havíamos feito reunião da Mesa ainda, mas com a devida aprovação da Mesa Diretora na manhã de hoje então recomendamos, deputado Darci de Matos, que as pessoas sejam deslocadas para o auditório, até porque aqui temos em torno de 200 lugares, lá são 450 lugares, onde ficarão mais confortáveis, para que possamos fazer a discussão logo na sequência.

Muito obrigado pela presença de vocês nesta sessão, e logo nos encontraremos no auditório Antonieta de Barros.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, atendendo à proposição da FCDL, poderemos, inclusive, assim que tivermos a presença da secretaria da Fazenda, já que a sessão irá terminar um pouco mais cedo, poderíamos antecipar estando presentes as entidades parlamentares e a secretaria da Fazenda, e teremos a possibilidade de começar a reunião do fórum às 16h30.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Perfeito.

Então, muito obrigado novamente pela presença de vocês e fiquem à vontade para se deslocarem ao nosso auditório Antonieta de Barros.

Com a palavra, em Explicação Pessoal, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e todos que nos visitam neste dia de hoje, quero comunicar que no dia de ontem estivemos reunidos para acompanhar a instalação da Defensoria Pública do nosso estado e ter informações maiores sobre essa importante instituição.

Tivemos com o defensor-geral ex-deputado Ivan Ranzolin, com o corregedor-geral Jorge Zacarão e também com o defensor Sadi Lima discutindo sobre a Defensoria Pública, sua instalação e também os encaminhamentos sobre essa importante entidade que foi muito debatida nesta Casa.

As informações que recebemos foram muito importantes, como o concurso público para procuradores da Defensoria Pública e que já existe um lugar em Florianópolis, na Avenida Professor Gama D'Eça, no antigo espaço do nosso Ministério Público Estadual.

Além disso, neste primeiro ano há a possibilidade de novas varas à nossa Defensoria Pública do estado e dali está se encaminhando então para Florianópolis, Joinville, Lages e Chapecó, claro, com critérios, com justificativas.

Então, foi uma reunião bastante produtiva, importante, e percebemos que de fato a equipe está extremamente empenhada nos encaminhamentos que lhe cabe quanto à consolidação da Defensoria em nosso estado.

Vamos acompanhar de perto, porque é um tema que nos interessa. E o que vimos

que lá de fato foi muito importante nessa articulação que entendemos estratégica com as universidades, com os cursos de Direito das nossas universidades, inclusive, na instalação em Lages, além da OAB e demais organizações.

Então, quero registrar essa nossa visita à Defensoria Pública do estado de Santa Catarina.

Além disso, quero parabenizar as organizações que hoje estão aqui trazendo o lema referente ao Decreto 1.357, para o qual a nossa bancada está propondo a sustação. E o deputado Padre Pedro Baldissera trouxe esse debate muito bem, uma vez que o decreto compromete a micro e pequena empresa.

Eu já assomei à tribuna ontem e faço-o novamente hoje para reforçar a minha posição pela TVAL e pela rádio digital aos empresários que nos estão acompanhando no seu município, esperando a reunião e o apoio deste Parlamento à revogação desse decreto.

Então, quero dizer a todos do trabalho que fizemos nos anos de 2007, 2008 e 2009 por um bom projeto e uma boa política do Simples Nacional. Contribuímos muito nos debates realizados nas audiências públicas, e quero cumprimentar as organizações das micro e pequenas empresas neste estado e aqueles que apoiam esse setor que gera emprego e renda para os catarinenses.

Agora, quero, além do que já foi comentado pelos diversos parlamentares, que em vez de o governo decretar essa nova política de aumento de contribuição, de impostos, para essas empresas, poderia de fato pensar na elaboração de um projeto estratégico para esse setor, uma política de desenvolvimento para a micro e pequena empresa, com capacitação técnica, com acompanhamento técnico, com crédito subsidiado.

Compreendo muito bem o que significa um crédito diferenciado. E temos aí o Pronaf para a agricultura familiar, diferenciado para a pequena propriedade. Então, deveríamos ter um crédito para esse setor.

Existe a questão das compras governamentais, a Lei n. 15.116, que foi aprovada em 2010, mas que até hoje os governadores - Luiz Henrique da Silveira e Raimundo Colombo - ainda não a implementaram. Além disso, precisamos de outras políticas que possam dar competitividade e condição para essas empresas catarinenses poderem avançar. Precisamos fazer uma luta junto à União, ao Confaz - Conselho Nacional de Política Fazendária -, para diminuirmos essa guerra fiscal que vivemos entre os estados.

Construímos através do Simples Nacional uma política que cria uma regra nacional, que dá condição para que de canto a canto deste país tenha-se uma política única para as microempresas. Por isso questionamos o Decreto 1.357, porque ele vai contra a Lei do Simples Nacional. Além disso, criamos a Lei do Microempreendedor Individual que traz uma política nacional para o microempreendedor individual. E assim entendemos que o estado deveria se somar ou ser o proponente dessas políticas em nível nacional, para ajudar a desenvolver a micro e pequena empresa que em Santa Catarina tem uma força extraordinária.

Existe a questão técnica e política. Falava a deputada Angela Albino aqui que é preciso neste momento atuarmos rapidamente na política. E espero, deputado Darci de Matos, que o secretário do seu partido, aliado político, consiga entender esse clamor das micro e pequenas empresas neste momento, bem como o governador Raimundo Colombo.

Precisamos pensar uma política estratégica para esse setor e revogar esse decreto com urgência, dentro de um acordo

político. É o que os empresários esperam neste momento. Esta é a grande expectativa dos nossos micro e pequenos empresários que estão vindo a Florianópolis e os demais que nos estão acompanhando através da TVAL e da Rádio Alesc Digital e os que estão aqui, hoje, prestigiando-nos com sua visita, caminhada e luta.

Portanto, sr. presidente, deputado Romildo Titon, que preside a sessão neste momento, este Parlamento e nós, com certeza, queremos contribuir com esse setor como sempre contribuimos no debate da geração de emprego, de renda e que se dê condições para o nosso micro e pequeno empresário continuar exercendo seu papel e função, que é produzir e contribuir com o desenvolvimento do nosso estado catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital, catarinenses que estão aqui junto aos empresários da micro e pequena empresa e todos que nos acompanham, fico feliz, deputado Darci de Matos, que toda essa movimentação esteja acontecendo, porque agora, neste momento, é que estamos entrando no processo, sr. presidente.

O decreto foi feito, assinado e promulgado pelo governo do estado e pegou, nós deputados, até da base, de surpresa. Começamos a saber do assunto quando fomos às bases conversar com as pessoas.

Na quarta-feira passada fiz o registro nesta Casa e quero parabenizar o deputado Darci de Matos, coordenador da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, e os demais deputados que agilmente agendaram essa reunião para hoje, sendo que já há outra agendada com o secretário Antônio Gavazzoni, para discutir o decreto daqui a pouco, no auditório Antonieta Barros.

Na quarta-feira passada, ao levantar o assunto, cobreí que esta Casa o trouxesse para que nós, deputados, pudéssemos tratar com o governo sobre mudanças nesse decreto.

Entendo a posição do governo quando ele tem sua justificativa de defesa da indústria catarinense, da questão da arrecadação, inclusive, de ações do governo, ou lá no Senado federal, colocando alíquota em todo país. Defendo que ele precisa arrecadar mais. Entendo perfeitamente isso. É o papel. Mas entendo também muito, e foi o que falei na quarta-feira passada, da dificuldade do empresário, principalmente da micro e pequena empresa que está inserida no Simples e que vai ter muito complicação, pois que muitas vezes isso vai representar 30% no seu dia a dia.

Não é possível continuarmos dessa forma. É gosto de termos trazido essa discussão para cá, exatamente porque esta Casa, deputado Reno Caramori, é que deveria estar discutindo um projeto de lei encaminhado pelo Executivo, para que pudéssemos discutir com as entidades, o que vai acontecer hoje, antes do decreto.

Ficamos sabendo do decreto na hora que fica valendo, e acabou. E não vou aqui martirizar e colocar a faca na goela nem do governo nem dos técnicos que fizeram todo esse levantamento, porque cada um cumpre sua função. E a função deles é exatamente essa. A do governo é arrecadar e gastar o recurso para benefício das pessoas. E a nossa é a de discutir.

Estamos infelizmente correndo atrás de um prejuízo e trazendo para esta Casa a busca de uma solução, depois que o leite é derramado, porque o decreto não permite com que possamos estar pelo menos discutindo aqui, as formas que vamos discutir aqui a partir de agora.

Então, coloquei aqui esse *botton* que todos os empresários da micro e pequena empresa estão usando, porque entendo que esse decreto da forma que está vai prejudicar, e muito, quem manter a empregabilidade deste país, que são os empresários da micro e pequena empresa. E disse muito bem o deputado Valmir Comin que é discutível. Inclusive já temos decisões discutíveis dessas formas de decreto desrespeitando o regime do Simples, uma lei federal.

Portanto, parabenizo a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa que de quarta-feira para cá já se movimentou junto com as entidades para ter essa reunião hoje. Também parabenizo as entidades que se movimentaram, que mandaram *e-mails* para os deputados. Em meu telefone recebo *e-mail* a toda hora.

Houve toda essa movimentação interessante, esse bafo no cangote. Surgiu essa reunião, e vai ter uma reunião com o secretário da Fazenda Antônio Gavazzoni. E esse é o papel nosso. Fico muito feliz de esta Casa trazer para cá essa discussão, já que o governo infelizmente não mandou e fez por decreto.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Kennedy Nunes, tanto quanto v.exa. e tantos outros srs. deputados também recebi dezenas ou até centenas de *e-mails*, de telefonemas assustados com o problema desse decreto.

Então, realmente v.exa. tem razão. E acho que faltou diálogo entre os órgãos do governo e o Poder Legislativo, porque vai estourar aqui. Então, temos que ter a informação correta para que antes que aconteça o veredito possamos discutir e trocar ideias.

Faço parte, sou membro do CRC, sou sócio do CRC, Conselho Regional de Contabilidade, que deveria ser mais ouvido.

Tenho dito nesta Casa inúmeras vezes que precisamos ouvir mais o CRC, que são os contadores que estão no dia a dia recebendo problemas lá no interior. E qualquer empresinha hoje tem que ter um contador.

Então acho que faltou o diálogo, realmente.

Espero que haja uma solução para que possamos não penalizar o governo, mas também não penalizar aquele de direito, até porque não é só produto industrializado que está sendo taxado. Está sendo também taxada a matéria prima.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado.

Quero registrar a presença do sr. Romildo que foi meu parceiro. O meu primeiro emprego foi de *office boy* na Contabilidade Saulo Leal, e o Romildo era o contador. Inclusive ele está aqui com os outros representantes de Joinville.

Muito obrigado por sua presença.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Primeiro quero informar que no dia 26,

deputado Reno Caramori, às 10h30, já temos agendada com o secretário Antônio Gavazzoni uma audiência para deliberarmos sobre esta questão.

Daqui a alguns minutos vamos ter a Frente Parlamentar do Varejo, com a presença de representantes da Fazenda, deste Parlamento e das entidades.

Este Parlamento está cumprindo com a sua missão, que é proporcionar o debate, o diálogo, a busca do entendimento. Por quê? Porque temos uma preocupação com as microempresas, com o setor produtivo, com os pequenos de Santa Catarina. E não poderia ser diferente. Por outro lado, temos preocupação com a manutenção dos serviços essenciais do estado.

Então, espero que se possa dialogar, debater, através do Parlamento, e buscar uma

solução que seja boa para as duas partes que têm os mesmos interesses no meu entendimento.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Darci de Matos, faço mais uma vez o registro parabenizando-o pela sua liderança junto à Frente Parlamentar, essa agilidade que houve na sessão de hoje marcando essa reunião com o secretário Antônio Gavazzoni.

Deputado Romildo Titon, entendo que o secretário seja um homem muito sensível, e com certeza no dia 26 trará algumas informações que sejam boas para os empresários das micro e pequenas empresas, principalmente os da área do varejo e aqueles que produzem e mantêm os empregos neste estado.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin.

(Pausa)

O deputado Valmir Comin declina.

Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 002-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Altair Guidi, por um período de quinze dias, a contar de 13 de fevereiro do corrente ano, para tratamento de saúde. PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 13 de fevereiro de 2013

Deputado Joares Ponticelli

Presidente

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 078, de 26 de fevereiro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **ADRIANA BACK KOERICH**, matrícula nº 5201, da função de Assessoria técnica-administrativa - Apoio Técnico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 18 de fevereiro de 2013 (DA - Coordenadoria de Recursos Materiais).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 079, de 26 de fevereiro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 63, VII, do Regimento Interno e, em atendimento ao disposto nos arts. 2º, inciso I e 3º da Resolução nº 202, de 07 de março de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a partir de 01 de fevereiro de 2013, o Senhor Deputado **GELSON MERISIO**, para exercer as funções de Presidente da Escola do Legislativo "Deputado Lício Mauro da Silveira".

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 080, de 26 de fevereiro de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0008/2013

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005..

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **DOMINGOS LUIZ CARDOSO**, matrícula nº 0395, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 01 de março de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

OFÍCIO

Assessoria da Bancada do PMDB
Ofício nº 003/2013 Florianópolis, 26 de fevereiro de 2013.

Excelentíssimo Senhor

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de SC
E/M.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, COMUNICO a Vossa Excelência que a partir desta data, por **INDICAÇÃO** da nossa Bancada, o deputado **CARLOS CHIODINI**, assume as funções de "Líder da Bancada do PMDB".

Atenciosamente,

Deputado **ALDO SCHNEIDER**

Líder da Bancada

Lido no Expediente

Sessão de 26/02/13

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 509, de 26 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARINA DE MENEZES BUSATTA**, matrícula nº 6908, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 510, de 26 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CAMILA MARCON OURIQUES**, matrícula nº 7052, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Neodi Saretta).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 511, de 26 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA DE FATIMA SCHAUFFERT RAMOS DA SILVA**, matrícula nº 2595, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Jorge Teixeira).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 512, de 26 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CERLI TEREZINHA ADUR WOGGINAKI**, matrícula nº 6582, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2013 (Gab Dep Jorge Teixeira).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 513, de 26 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR PAULO CORREIA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jorge Teixeira - Rio do Campo).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 514, de 26 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FABIANO BREGGNE PIRES, matrícula nº 5643, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Edison Andrino - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 515, de 26 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR IVANA APARECIDA COSTA CAVALCANTI para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini - Jaraguá do Sul).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 516, de 26 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CHAIANE BRUNS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini - Jaraguá do Sul).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 517, de 26 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR RAFAEL DA CUNHA para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Angela Albino - Itajaí).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 518, de 26 de fevereiro de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,

NOMEAR ALBA LUCIA FONTES PIAZZA, matrícula nº 4210, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de março de 2013 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 017.0/2013

Altera a Lei nº 8.282, de 17 de junho de 1991, que declara de utilidade pública a Ação Social Paroquial São Francisco de Assis, de São José.

Art. 1º A Lei nº 8.282, de 17 de junho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Ação Social São Francisco de Assis, de São José.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Ação Social São Francisco de Assis, com sede no município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente

Sessão de 26/02/13

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de Lei em anexo que visa alterar a Lei nº 8.282, de 17 de julho de 1991, em razão da mudança da denominação, demonstrada nos documentos anexos.

Deputado Romildo Titon

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 018.0/2013

Altera a alínea “b” do inciso III do art. 19 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências.

Art. 1º A alínea “b” do inciso III do art. 19 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19

III -

b) operações com energia elétrica destinada a produtor rural e cooperativas rurais redistribuidoras, na parte que não exceder a 1000 Kw (mil quilowatts) mensais por produtor rural;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente

Sessão de 26/02/13

JUSTIFICATIVA

Com o objetivo de viabilizar a redução do custo da energia elétrica para o consumidor brasileiro, buscando não apenas promover a modicidade tarifária e a garantia de suprimento de energia elétrica, como também tornar o setor produtivo ainda mais competitivo, contribuindo para o aumento do nível de emprego e renda no Brasil, o governo federal lançou a MP Nº 579/2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Segundo informação disponibilizada no site <http://www.absolutomais.com/2013/01/celesc-nao-vai-aderir-reducao-de-tarifa.html>, a Celesc não vai aderir à redução de tarifa em Santa Catarina. Pelo balanço da Celesc - uma empresa de economia mista, ou seja, parte pública e parte privada - observa-se que ela é considerada como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, levando energia para 91,79% dos municípios catarinenses, com um faturamento bruto no ano de R\$ 6,4 bilhões, obteve um lucro líquido de R\$ 323,89 milhões (2011), 18,42% maior que o registrado em 2010 (R\$ 273,52 milhões).

Diante destas informações retiradas do balanço anual da empresa, somado ao encarecimento dos custos de energia para o produtor rural, uma vez que a nova tecnologia adquirida pelo produtor fez com que aumentasse a demanda de energia, e aliado à política do governo federal em reduzir o custo da tarifa a fim de tornar o setor produtivo ainda mais competitivo, dentro da prerrogativa parlamentar outorgada pelo povo catarinense, motiva-me apresentar a proposição em elevar dos atuais 500 (quinhentos quilowatts) para 1000 Kw (mil quilowatts) mensais por produtor rural, no que tange aos 12% (doze por cento) estipulado no inciso III do art. 19 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996 (ICMS).

Estimular a permanência do agricultor no meio rural e na atividade produtiva passa necessariamente pelo aumento da sua renda, permitindo mais qualidade de vida para milhares de famílias da agricultura familiar de Santa Catarina. Grande parte delas são famílias que trabalham no sistema de integração com as agroindústrias, setor que vem aumentando a exigência na qualificação da produção, principalmente com adoção de novas tecnologias, a maioria dependente da utilização cada vez maior de energia, o que acaba aumentando o custo da produção para as famílias.

Com base em tais argumentos é que submeto aos meus Pares a presente proposição.

Deputada Luciane Carminatti

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 019.1/2013

Institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose, a ser realizada anualmente na última semana do mês de outubro.

Art. 2º A Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose tem como objetivo:

I - promover a divulgação de ações preventivas, terapêuticas, reabilitadoras e legais relacionadas à endometriose;

II - contribuir para o desenvolvimento de propostas que possibilitem o acesso universal e equitativo aos serviços públicos pelas portadoras de endometriose; e

III - garantir a democratização de informações sobre as técnicas e procedimentos cirúrgicos e pós-cirúrgicos existentes nas áreas de endoscopia ginecológica e endometriose.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do art. 71, inciso III da Constituição Estadual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Valmir Comin

Lido no Expediente

Sessão de 26/02/13

JUSTIFICATIVA

A Endometriose é a presença do endométrio - tecido que reveste o interior do útero - fora da cavidade uterina, ou seja, em outras partes do útero ou em outros órgãos da pelve: trompas, ovários, intestinos, bexiga. É uma afecção inflamatória provocada por células do endométrio que, em vez de serem expelidas durante o período menstrual, migram no sentido oposto e caem nos ovários ou na cavidade abdominal, onde voltam a multiplicar-se e a sangrar.

A endometriose é frequentemente diagnosticada pelos médicos durante exames ginecológicos, procedimentos cirúrgicos ou na realização de exames de investigação de infertilidade. Para cada cinco mulheres que estejam tendo dificuldade para engravidar, duas têm endometriose. Caso sua mãe ou irmãs sofram de endometriose, é sete vezes maior a chance de você também ter esse problema. Infelizmente, muitas mulheres “sofrem em silêncio”, acreditando que seus sintomas sejam normais. Outras não apresentam sintomas.

Considera-se que a endometriose afete uma em cada dez mulheres em idade reprodutiva. Acometendo cerca de 10% das mulheres em todo o mundo e diminuindo substancialmente sua qualidade de vida, uma vez que a dor pélvica é frequente e muitas vezes incapacitante até para as tarefas mais simples, a endometriose é considerada uma doença importante, sendo inclusive tema de congressos mundiais. É a chamada doença da mulher moderna, que se vê obrigada a executar inúmeros papéis ao mesmo tempo, o que acarreta um significativo desgaste físico e espiritual.

A endometriose é dolorosa, pois mesmo se localizando na parte externa do útero, sofre a influência das oscilações hormonais. Isso significa que os focos de endometriose sangram todo mês durante o período menstrual da mulher, mas o sangue não tem para onde ir. Além de ser dolorosa, a endometriose também pode tornar difícil a gravidez ou mesmo gerar a infertilidade.

Diante da suspeita de endometriose, o exame ginecológico clínico é o primeiro passo para o diagnóstico, que pode ser confirmado pelos seguintes exames laboratoriais e de imagem: visualização das lesões por laparoscopia, ultrassom endovaginal, ressonância magnética, além de um exame de sangue chamado marcador tumoral CA-125, que se altera nos casos mais avançados da doença. O diagnóstico de certeza, porém, depende da realização da biópsia.

Quem cuida de mulheres portadoras de endometriose se depara com pessoas cansadas, entristecidas, deprimidas e muitas vezes frágeis pela dor que enfrentam.

É nesse sentido e nesse grave contexto que proponho instituir a “Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose”, oportunidade em que serão realizadas várias atividades com o fito de divulgar ações voltadas à promoção da saúde e prevenção de danos às portadoras de endometriose, visando alcançar um impacto positivo na qualidade de vida dessas pessoas, de acordo com os princípios da integralidade e da humanização.

Deputado Valmir Comin

Fonte: <http://drauziovarella.com.br/mulher-2/endometriose/>

http://www.endometriose.org.br/site_abend/site/home.asp

<http://www.sobenge.com.br/construcao.php>

<http://www.portaldarendometriose.com/>

*** X X X ***